

Apresentação

Dossiê fundamentos e práticas da educação inclusiva: avanços e desafios da escola brasileira

Nesta primavera de 2022, o Dossiê **Fundamentos e práticas da educação inclusiva: avanços e desafios da escola brasileira** traz uma relevante contribuição para a revisão epistemológica demandada pela educação inclusiva. Ele denuncia as ameaças aos direitos conquistados, bem como joga luzes sobre a nova escola que vem se construindo a partir do salto ético demandado pelo Estado de Direito e pelo paradigma da inclusão desde o fim do século passado. É perceptível o compromisso de estudantes, pesquisadoras e pesquisadores, de professoras e professores com a consolidação da educação inclusiva no Brasil, algo que tem se dado, cotidianamente, no chão das escolas públicas, por mãos e mentes que não se soltam neste movimento rizomático da educação por e para todas as pessoas.

Numa leitura atenta, vocês perceberão que não é possível engavetar esses textos em uma ou outra dimensão da educação, todos estão imbricados nos fios da ética, da política, da epistemologia e da práxis libertadora demandada pelo paradigma da inclusão nas unidades escolares. Nossos interlocutores e interlocutoras são pessoas que pensam e fazem a educação inclusiva no Brasil. Elas e eles, entre saberes e não saberes, estudam, criam e transformam cotidianamente a escola brasileira contemporânea.

A professora Maria Teresa Mantoan nos dá a honra de inaugurar esta nossa trilha com o texto *A escola hospitaleira*. Ela começa nos questionando: *podemos reconstruir a escola com base na acolhida incondicional a todos os alunos?* Ao nos instigar a pensar sobre as diferenças na escola, Maria Teresa nos desafia a assumir o compromisso inadiável da construção da escola que incondicionalmente acolhe a todas as pessoas porque é hospitaleira. Em suas palavras: *a educação inclusiva é intransigente na defesa do acesso incondicional de todos os alunos à educação, por ter como mote a hospitalidade absoluta - essa acolhida que ultrapassa os direitos e se apega a eles, para manter-se ainda mais forte.*

Na sequência, os *Seis pilares da educação inclusiva* nos são apresentados pela professora Martinha Clarete Santos. O fio condutor que tece esses pilares nasce dos depoimentos coletados e apurados à luz do método denominado Discurso do Sujeito Coletivo – DSC em sua pesquisa de doutoramento. A matrícula em uma escola comum; o direito ao acolhimento, sem qualquer tipo de discriminação; a necessidade de formação continuada da equipe pedagógica; a disponibilidade de apoios e recursos de acessibilidade; a participação da comunidade e diálogo permanente com a família. Todos esses apontamentos levam à discussão dos entraves e das possibilidades de mudança na organização e no funcionamento dos sistemas educacionais brasileiros.

O direito ao acolhimento sem qualquer tipo de discriminação demanda novo olhar sobre as diferenças na escola. Nesse cenário, a professora Ana Maria Camargo segue dirigindo-se *aos professores e professoras com uma contribuição para os estudos sobre a inclusão*. A partir da filosofia da diferença de Deleuze, ela questiona os pressupostos que constroem o pensamento

binário e nos alerta sobre as formas como estabelecemos nossas relações na escola, questionando: o que posso fazer? O que sei fazer? O que consigo fazer? Ou seja, importa estudarmos e refletirmos sobre como vamos seguir ensinando sem desconsiderar o cuidado conosco e o cuidado com os outros, movimentos inerentes ao ato de educar para o futuro.

BNCC, Educação domiciliar e reforma do Ensino Médio: para onde caminha a educação inclusiva no Brasil? – é o texto seguinte, de autoria do professor José Eduardo Lanuti e da professora Maria Isabel Baptista. Eles nos alertam para as propostas retrógradas que vêm provocando verdadeiro desmonte das políticas públicas educacionais conquistadas ao longo das últimas duas décadas no país. Importa, portanto, analisar o impacto negativo que três dessas propostas exercem sobre a inclusão escolar com: a tentativa de homogeneização da aprendizagem almejada pela BNCC, a violação do direito inalienável ao acesso à educação escolar, a falsa autonomia dos estudantes no esvaziamento proposto pela reforma do Ensino Médio. Certamente, a escola hospitaleira segue sendo aviltada por esses retrocessos. Todavia, certamente, nós, educadores e educadoras comprometidos com a educação inclusiva, também seguiremos denunciando e enfrentando cotidianamente o que lhe ameaça.

A ação pedagógica inclusiva tem sido um ponto de enfrentamento dos retrocessos e de antecipação da escola inclusiva que desejamos. Nesse cenário, coloca-se a contribuição das professoras Roberta Rocha Borges, Maria Sandra de Oliveira e Roberta Pusccetti com o artigo *Arte e Pedagogia Contemporâneas: ensinar e aprender com todos*. As autoras nos desafiam a olhar para nossa ação docente e refletir sobre a importância de mudarmos e deslocarmos nosso olhar para a Arte e a Pedagogia e suas importâncias no processo de ensinar e apreender na ação pedagógica inclusiva. Trata-se de um ensino que abarque todos os educandos indistintamente.

Voltando-nos para as práticas institucionais balizadores da educação inclusiva, as professoras Janaina Speglich Carrico, Rebeca Ramos Campos e Adele Guimarães Santos, atuantes no Núcleo de Educação da Infância da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, trabalham o tema *Educação inclusiva e prática pedagógica: proposições de uma pesquisa institucional*. Com base nos processos colaborativos entre os participantes da pesquisa, elas pretendem construir uma cartografia de ações, estratégias e posicionamentos dos professores e professoras, no que diz respeito à constituição de parcerias de trabalho voltadas às práticas pedagógicas inclusivas. Aproximam-se, portanto, dos processos de construção de redes de apoio para a educação inclusiva.

Na sequência, a questão investigativa “O que faz um professor se sentir preparado para dar aulas?” dá o norte para o artigo de autoria das professoras Carolline Septimio, Vanessa Goes Denardi e Leticia Carneiro da Conceição. *Entre discursos e (não) saberes de professores da Educação Básica: contribuições do contexto da Educação Inclusiva*, aponta o *saber mais* como *saber melhor* na perspectiva dos participantes dessa investigação. Professoras e professores entendem que, para educar e para incluir, importa que a prática transdisciplinar favoreça a educação inclusiva.

Ao considerarmos os desafios da implementação da educação inclusiva nas escolas brasileiras, não poderíamos deixar de pontuar, ainda, o tema da medicalização da educação. Nesse cenário, as professoras Elizabete Costa-Renders e Luciana de Lyra nos trazem o texto *A necessária ruptura com o diagnóstico médico na escola para todos*. Elas consideram como uma sondagem pedagógica, baseada nos princípios do Design Universal para Aprendizagem (DUA), pode contribuir para a prática de professores e professoras, de forma que eles possam conhecer seus alunos, sem ficarem fadados ao diagnóstico médico. Os resultados de pesquisa apontaram a necessidade de a escola afirmar seu papel pedagógico, validando o saber do professor por meio de abordagem curricular acessível.

Voltando-nos para o campo da educação de surdos, dois artigos trazem diferentes perspectivas sobre o tema. *O trabalho com símbolos no bilinguismo concomitante (língua portuguesa e Libras) e na acessibilidade sonora: um estudo de caso*, de autoria das professoras Eliane Ramos e Marisol Oliveira, considera que o trabalho com a Língua Portuguesa (nas

modalidades oral e escrita) e com a Língua Brasileira de Sinais (Libras), coloca desafios, inquietações e dúvidas às equipes pedagógicas das escolas comuns. A partir de um estudo inédito na Rede Municipal de Educação de Amparo/SP, as professoras apresentam a proposta do *Bilinguismo Concomitante*. Ele é enriquecido pela prática da Acessibilidade Sonora e tem se associado ao trabalho com a linguagem simbolizada, por meio da Comunicação Suplementar e Alternativa (CSA). O artigo intitulado *Educação Bilingue para surdos: distintas compreensões e implementações*, de autoria das professoras Lilian Nascimento e Lucimara Moriconi, por sua vez, apresenta as distintas interpretações sobre educação bilíngue para surdos no estado de São Paulo, as quais resultam em diferentes impasses e propostas de educação para pessoas surdas nas unidades escolares.

Aproximando-nos aos processos de inclusão escolar que buscam a construção das condições de acessibilidade para todos e, em especial, para pessoas com deficiência visual na escola, temos dois outros artigos. A saber. 1. *Imagem mental na pessoa cega: Reprodução, transformação e antecipação do objeto* de autoria do professor Gustavo Tomazi. 2. *Sentindo o caminho com os acadêmicos cegos: uma pesquisa plural sobre as linguagens invisibilizadas* de autoria da professora Simone Martins. Nesses dois artigos, é possível perceber as barreiras atitudinais e comunicacionais que, ainda se impõem na escola e na sociedade. No entanto, ambos destacam a contribuição desses sujeitos para a construção de novos saberes na universidade e na escola. Gustavo aponta para a importância do conhecimento relativo à construção da imagem mental em sujeitos privados do sentido da visão desde a nascença, para possíveis desdobramentos de construção semelhantes em pessoas videntes. Simone, por sua vez, destaca a relevância do conhecimento sobre as Linguagens Sensoriais e sua contribuição para uma maneira contra hegemônica de pensar e ensinar.

Nesse dossiê não poderíamos desconsiderar a gestão do processo de construção da escola inclusiva. Desse modo, as professoras Roselaine Ripa e Mércia Reinehr discutem *O Papel da gestão escolar na construção da educação infantil inclusiva*, destacando a relação direta entre gestão democrática da escola e educação inclusiva. Somente a gestão democrática, ancorada em políticas públicas inclusivas, pode tencionar os sistemas excludentes e ampliar a viabilidade da mudança de paradigma, com a promoção da cultura inclusiva por meio do reconhecimento do educando e da educanda como seres sociais, éticos, históricos e singulares.

Chegamos ao final desse dossiê, com dois artigos que trazem as linguagens da literatura para ancorar os processos inclusivos na escola. O *Teatro como abordagem metodológica nos processos de inclusão escolar*, de autoria das professoras Tatiane Negrini e Maria Jade Sanches, relata uma experiência de estágio supervisionado fundamentada numa abordagem curricular inclusiva. *Luz e sapato: o ensino inclusivo à luz dos “sapatos do pai”*, texto escrito pela professora Beatriz Silva, destaca a pedagogia da contação de histórias, do teatro e da arte. A autora nos convida a andar entre livros e considerar o ensino inclusivo também nessas trilhas!

Leitores e leitoras, sigamos então, entre saberes e não saberes, estudando, criando e transformando cotidianamente a escola brasileira contemporânea, tendo como horizonte de esperança a escola inclusiva e hospitaleira!

Maria Teresa Eglér Mantoan
Elizabeth Cristina Costa-Renders